

# Fazer as reformas para combater a pobreza

ANTONIO KANDIR

Já disse que o Brasil é um país de contrastes. Não são apenas contrastes entre classes e grupos de renda e status desiguais. São também contrastes entre diferentes épocas, que coexistem na realidade nacional.

De fato, ao mesmo tempo em que, em aspectos fundamentais do Estado e de suas relações com o sistema e os agentes econômicos, estamos dando o passo definitivo para superar a "Era Vargas", ainda não superamos por inteiro a "Era Colonial".

Os resquícios da "Era Colonial" são evidentes. Não são apenas marcas profundas deixadas na estrutura social do país, são também resquícios vivos, quase intactos, como o provam as denúncias reiteradas de trabalho escravo em várias regiões do país (não faz 20 dias, a Polícia Federal libertou 50 trabalhadores mantidos em regime de escravidão numa fazenda do Mato Grosso do Sul, Estado que tem um agrobusiness moderno e internacionalizado).

O fato de que no Brasil a modernização carregue em si problemas vindos do passado distante coloca as forças políticas comprometidas com a mudança social diante de exigências novas, aparentemente contraditórias. Ao mesmo tempo, tendo de dar respostas aos desafios do futuro e aos desafios não resolvidos do passado. Presa a aparências e rótulos de pouco significado real, parte dessas forças tem-se condenado ao retraimento, parte ao imobilismo e ao desastre político.

Em ambos os casos, em graus certamente diversos, está a dificuldade de perceber que as reformas do Estado e da economia não conflitam necessariamente com a diminuição importante e continuada das desigualdades sociais, tampouco com a superação de atrasos seculares da sociedade brasileira. Antes o contrário: são condição

imprescindível para que a vontade política de diminuir as desigualdades sociais e superar atrasos seculares possa passar efetivamente da intenção ao fato concreto.

Em primeiro lugar, porque sem as reformas não há como consolidar a estabilidade em bases sustentáveis e compatíveis com o crescimento da renda e do emprego. Em segundo lugar, porque sem elas não há como aumentar a eficácia das políticas sociais, instrumento necessário para superar problemas de pobreza estrutural.

Não é segredo para ninguém que a eficácia das políticas sociais está hoje grandemente limitada, entre outros, por dois fatores fundamentais: i. falta de recursos para investimento em áreas como educação,

---

## *Sem atacar as causas, vai-se continuar a denunciar mazelas sem consequência prática*

---

saúde e saneamento; ii. queda vertiginosa da qualidade e produtividade no serviço público. Nessas condições, é pouca a capacidade do Estado de diminuir desigualdades sociais, tenha o governo de turno inclinações mais progressistas ou conservadoras a respeito.

A questão está em que, sem atacar os fatores fundamentais, as causas, vai-se continuar eternamente a denunciar mazelas, sem consequência prática maior (perdem com isso sobretudo os governos progressistas, pois despertam expectativas que dificilmente podem cumprir a contento).

E o ataque às causas passa por

reformas fundamentais do Estado e da economia. Passa pelo avanço do processo de privatizações, de modo a diminuir o estoque da dívida pública e reduzir o dispêndio com pagamento de juros, para haver mais recursos para a área social. Passa pela correção de desequilíbrios crescentes no sistema previdenciário, notadamente na conta dos inativos da União, onde entram US\$ 2 bilhões/ano e saem US\$ 14 bilhões/ano. Passa pela flexibilização da estabilidade, para permitir ao gestor público lidar, conforme disposições legais, com casos-limite de ineficiência no desempenho de funções e situações-limite de excesso de pessoal, entre outras coisas para aumentar a produtividade do trabalho no serviço público e melhorar substancialmente a remuneração média do servidor.

Não fosse a falta de espaço, poderia estender-me. Mas o importante é reter o essencial. E o essencial é que as condições práticas de uma política progressista dependem de reformas que obrigam a corajosa revisão de velhas crenças, sob pena de transformar o combate às desigualdades sociais em mera figura retórica.

---

**ANTONIO KANDIR**, 42, engenheiro, doutor em Economia, é deputado federal (PSDB-SP). Foi secretário de Política Econômica do Ministério da Economia (governo Collor). É autor, entre outros livros, de "Brasil Real: a Construção da Cidadania, da Moeda e do Desenvolvimento" (Klick Editora, 1994) e "Brasil Século 21: Tempo de Decidir" (Editora Atlas, 1994).